

# PLANO DE MANEJO DO PARQUE ESTADUAL TURÍSTICO DO ALTO RIBEIRA PETAR

366ª Reunião  
Ordinária do Plenário  
do CONSEMA  
16 de maio de 2018



# PETAR

## **Decreto de Criação**

Decreto Estadual nº 32.283 de 19 de maio de 1958, alterado pela Lei Estadual nº 5.973 de 23 de novembro de 1960

**Área do Parque** 35.772,5 ha

**Número de Visitantes** em 2017

42.358

9.525 isentos

## **Municípios**

Apiaí (10.048,26 ha)

Iporanga (25.829,02 ha)

**Compõe o** Mosaico de Paranapiacaba

## **Criação do Conselho Consultivo**

Portaria Fundação Florestal

nº 053/2008

## **Gestor atual**

Rodrigo Jose Silva Aguiar



FUNDAÇÃO FLORESTAL





Assunto: CRIAÇÃO DO PARQUE ESTADUAL DO VALE DO RIBEIRA

Existe no quadrante sudeste do Estado uma erma região, dependurada nos espigões da serra de Paranapiacaba, que mais agreste se torna por ter a densa cobertura verde, e as húmidas condições climáticas, das regiões serranas do litoral sul brasileiro. Nos dias ensolarados é muito bela, difficilmente igualada; suas matas virgens combinadas com a aspereza bravia do relevo, onde em cada dobrada novos cenários surgem, a tornam deslumbrante e maravilhosa aos olhos daqueles que apreciam e amam o belo da natureza. Para enfeitá-la ainda mais, como que perolas encastadas no manto verde do seu ondulante corpo rochoso, a sua constituição geológica permitiu a modelação pelos agentes do intemperismo de graciosas ca-









## O processo de elaboração do Plano de Manejo

Levantamento e a análise de dados primários e secundários dos temas biodiversidade, meio físico, patrimônio espeleológico, pressões e ameaças causadas pela ocupação humana, uso público, patrimônio histórico-cultural, pesquisa, gestão organizacional, proteção, situação fundiária e educação ambiental resultaram em três grandes grupos de resultados:

(i) diagnósticos e avaliações sobre os diversos temas estudados



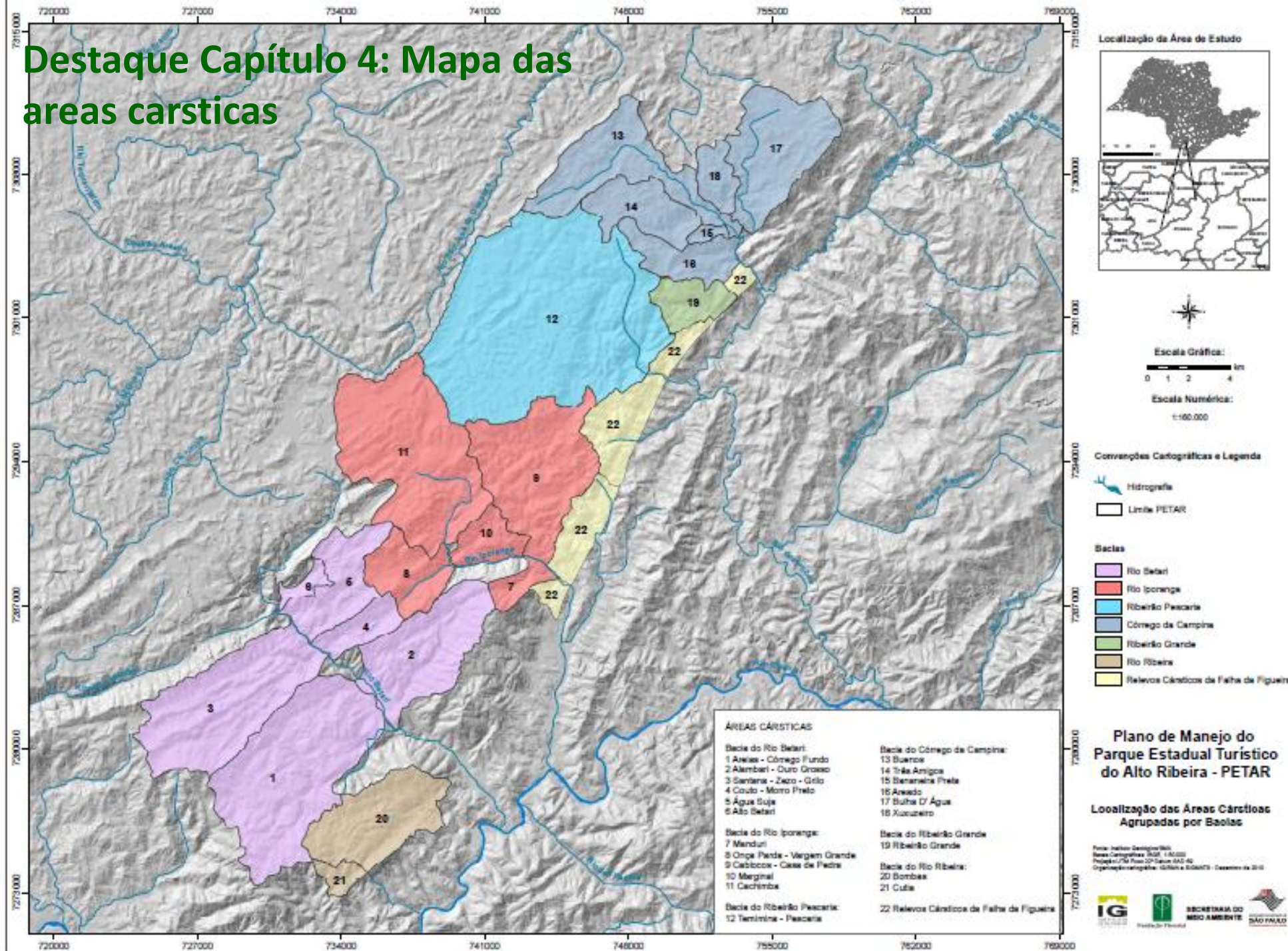
(ii) zoneamento interno , delimitação e setorização da zona de amortecimento



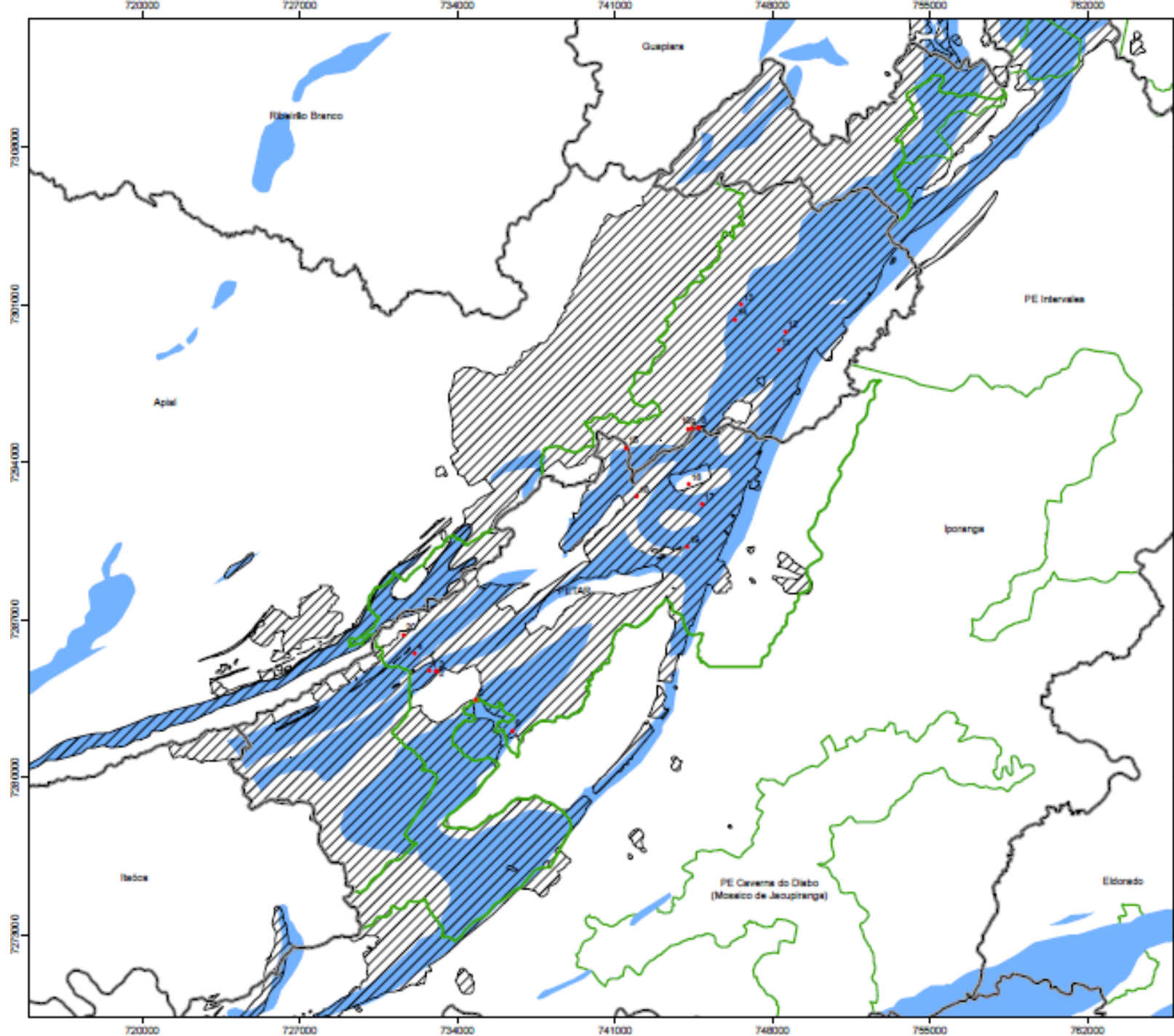
(iii) propostas, sugestões e recomendações sobre os temas



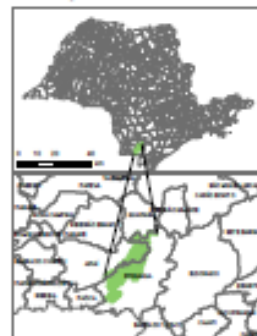
# Destaque Capítulo 4: Mapa das áreas carsticas







#### Localização da Área de Estudo



Escala Gráfica:



Escala Numérica:

1:100.000

#### Convenções Cartográficas

- Cavernas Objeto de P.M.G.
- Limites Municipais
- Limites do PETAR, PE Intervales e PE Caverna do Diabo
- Rochas Carbonáticas
- ▨ Áreas de Recarga do Cante (influência direta sobre o PETAR)

NOME	INSCRIÇÃO
Caverna do Solitário	1
Caverna do Monte Pira	2
Caverna do Coque	3
Caverna Apiaí Velha	4
Caverna São Gonçalo	5
Caverna Algodão do Baco	6
Caverna do Chapão Negro II	7
Caverna do Chapão Negro I	8
Caverna do Chapão	9
Caverna Anelada	10
Caverna Pórcara	11
Caverna Desconhecida	12
Caverna Tumbana II	13
Caverna Tumbana I	14
Caverna Espinha Branca	15
Caverna de Arco	16
Caverna do Morango	17
Caverna São Fernando	18
Caverna São João	19
Caverna do Cadeado	20

### Plano de Manejo do Parque Estadual Turístico do Alto Ribeira - PETAR

#### Cavernas Contempladas no Plano de Manejo Espeleológico

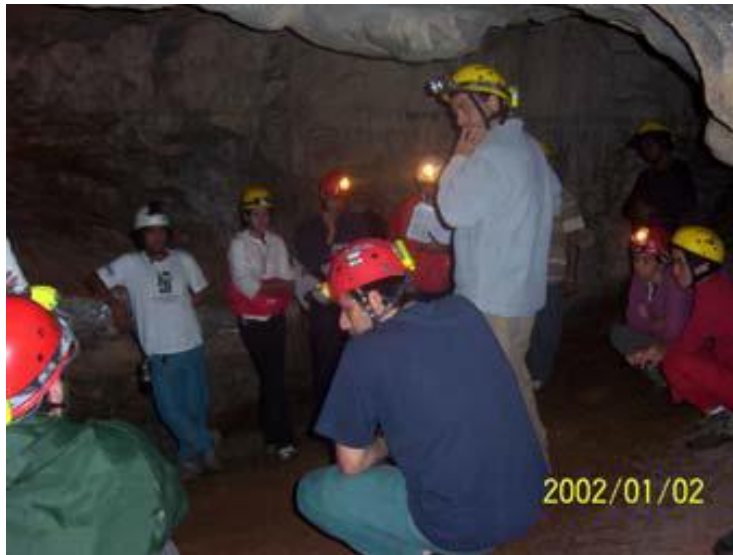
Projeto PETAR, IGAP, PIRAR, ONG-IBR e Companhia (2002)  
 Base Cartográfica: IBGE, 1:50.000  
 Projeção: UTM, Zona 18S, Datum: SAD 83  
 Localização da rede de observação: pontos de Turismo  
 Responsável: João Carlos e Plano de Manejo Espeleológico  
 Org. Consultoria: IBGE/IBR (Setembro de 2002)



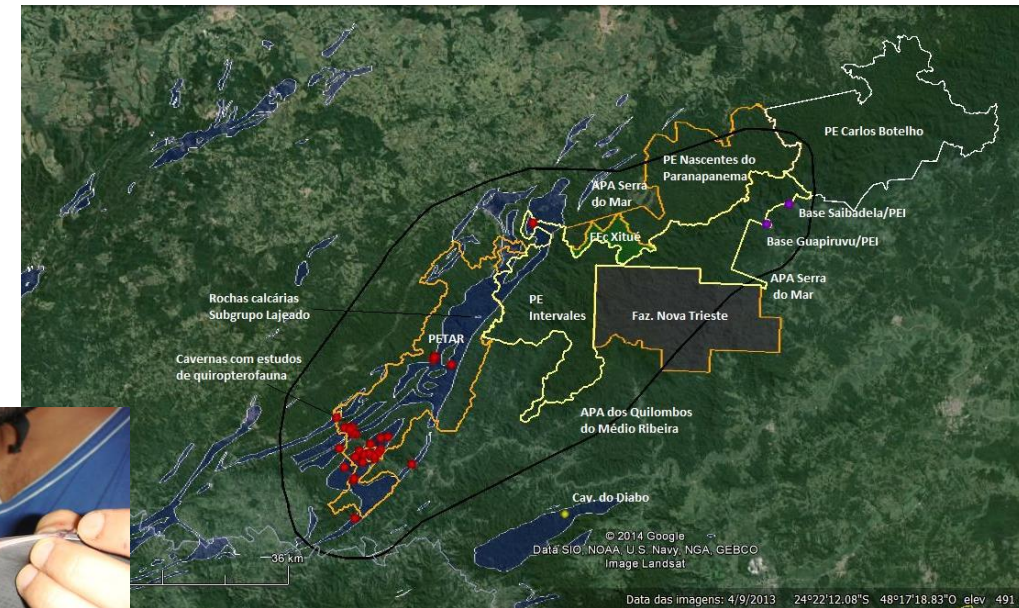








## PESQUISA CIENTÍFICA





Síntese dos dados numéricos relacionados à riqueza da flora e da fauna

Nº Espécies	Flora	Aves	Mamíferos	Répteis	Anfíbios	Peixes
Mundo	300.000	10.567	5.421	8.000	6.000	28.000
Brasil	55.000	1.800	530	721	877	2.122
São Paulo	9.000	800	194	200	236	335
Floresta Atlântica	15.782	1.020	285	197	400	350
Mosaico	2.516	410	70			134
PETAR	725	319	49	31	60	66











# FUNGOS BIOLUMINESCENTES

Dentre as nove espécies encontradas e identificadas no PETAR e arredores, quatro foram pela primeira vez descritas como bioluminescentes (*Mycena discobasis*, *Mycena singeri*, *Mycena aff. abieticola* e *Mycena fera*) e cinco são espécies totalmente novas (*Gerronema viridilucens*, *Mycena lucentipes*, *Mycena asterina*, *Mycena sp.* e *Mycena luxaeterna*). Essas nove espécies representam 12,5% das espécies de fungos bioluminescentes do planeta e as primeiras citações para o Brasil com material preservado em herbário (Desjardin *et al.*, 2005; 2007; 2010)



























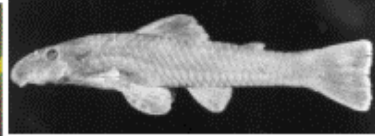
*Hypostomus commersoni*



*Hypostomus ancistroides* RCastro



*Parotocinclus maculicauda*



*Kronichthys subteres* E Pereira



*Hisonotus gibbosus*



*Hisonotus leucofrenatus*



*Parotocinclus maculicauda* W Barrella



*Ancistrus brevipinnis* WBarrella



*Neoplecostomus ribeirensis* WBarrella



*Harttia kronei* WBarrella

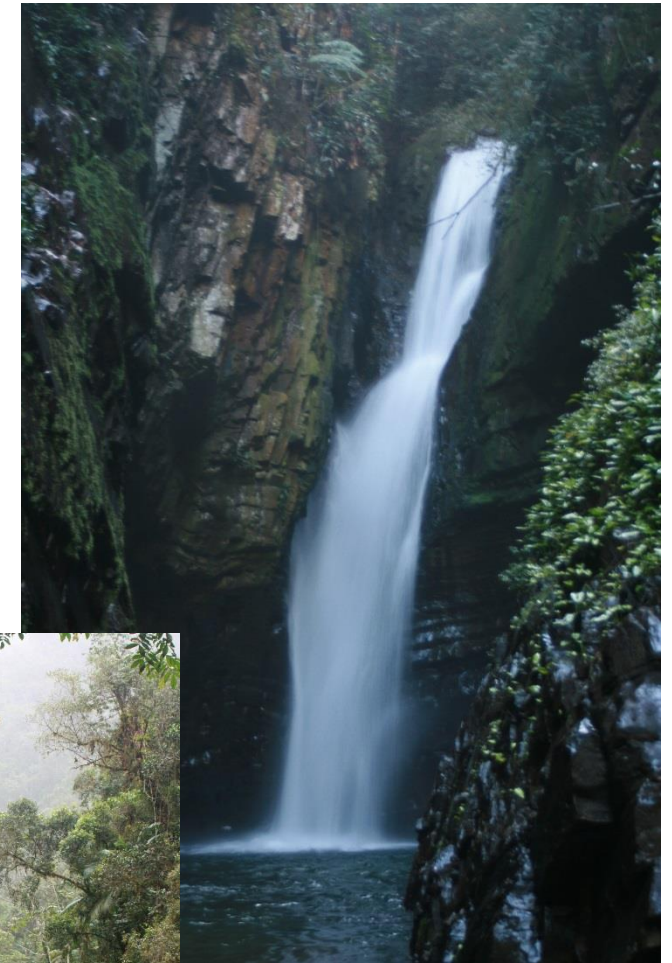


*Rhineloricaria kronei* WBarrella

## Ictiofauna no PETAR:

- ✓ 30 espécies na bacia do Betari;
- ✓ 19 espécies na baía do Pilões;
- ✓ 13 espécies na bacia do Iporanga.





**Uso Público**



## Ocupação no interior do PETAR

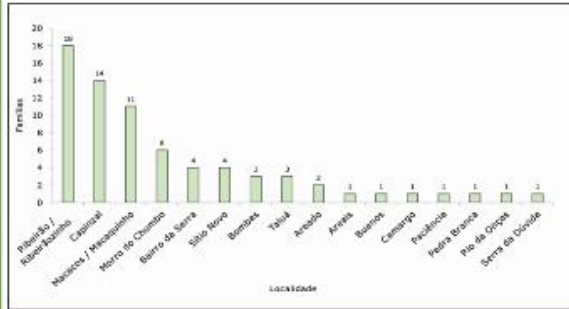
Em todo o território do PETAR constatou-se a presença de famílias residentes, com diferentes características quanto ao uso e ocupação da terra, conforme a localidade que habitam, as origens, o tempo de permanência, a organização social da comunidade.

No âmbito do Programa de Regularização Fundiária, o levantamento das ocupações teve como objetivo verificar a condição dos ocupantes para subsidiar os critérios de classificação para a permanência temporária, a elaboração de termos de compromisso para a regularização das atividades.



**Figura 73. Áreas de concentração de ocupação humana no interior do PETAR**

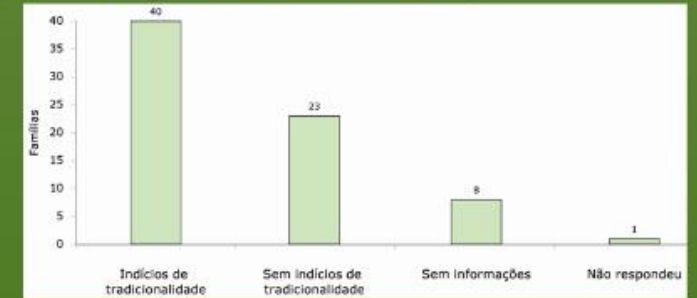
Do total de 72 famílias, quase 50% apresentam relação de subsistência com a terra e estão localizados, principalmente, nas localidades: Ribeirão, Ribeirãozinho, Menor do Chorro, Talas, Paciência, Pedra Branca e Sítio Novo. A figura a seguir representa as famílias residentes no PETAR e sua relação com a terra e o modo "Ocupação Humana no Interior e Entorno" indica a distribuição das localidades, representadas por estrelas.



## Classificação dos ocupantes

A classificação dos ocupantes relaciona-se à busca de evidências de tradicionalidade. Os critérios utilizados estão fundamentados nas disposições contidas no SNUC e sua Regulamentação, e no Decreto Federal nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 - Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT), bem como na Resolução SMA nº 29, de 30 de março de 2010. Os critérios de evidências de tradicionalidade são os seguintes:

- 1) Ocupantes que nasceram ou chegaram ao Parque, ou de regiões adjacentes antes de 1958, com o intuito de estabelecer residência no local;
- 2) Para aqueles que nasceram posteriormente a esta data, verificou-se a existência de vínculo de parentesco com pessoas já nascidas ou residentes na região antes de 1958;
- 3) Combinado a esses critérios, foram analisadas as fontes de subsistência (presença ou não de roça) e o modo de vida (ocupação principal do chefe de família).





# Programas de Gestão

Para cada Programa de Gestão foram estabelecidos:

As Diretrizes;

As respectivas Linhas de Ação;

Objetivos para cada Programa e cada Diretriz;

Indicadores para cada Programa e cada Diretriz.

- Gestão Organizacional
- Proteção
- Pesquisa e Manejo do
- Patrimônio Natural e Cultural
- Uso Público
- Interação Socioambiental
- Educação Ambiental
- Regularização Fundiária



FUNDAÇÃO FLORESTAL



# Zona de amortecimento





# Oficinas do Plano de Manejo





O Plano de Manejo do PETAR busca apontar estratégias para potencializar as ações positivas, alcançadas ao longo da existência do Parque, e novas diretrizes para enfrentar os atuais problemas.





# Estrutura do Plano de Manejo

## Capítulo 1 Introdução

## Capítulo 2 Histórico

## Capítulo 3 Metodologia

## Capítulo 4 Avaliação do Meio Físico

- Clima
- Recursos Hídricos
- Geologia
- Relevo
- Áreas Cársticas
- Solos
- Terrenos
- Fragilidade Geoambiental dos Terrenos do PETAR e sua Área de Entorno

## Capítulo 5 Avaliação do Meio Biótico

- Fauna
- Flora e vegetação
- Ameaças à biodiversidade

## Capítulo 6 Avaliação do Meio Antrópico

- Caracterização da Ocupação Humana, da Socioeconomia e dos Vetores de Pressão
- Caracterização da Mineração
- Caracterização do Patrimônio Histórico-Cultural

## Capítulo 7 Zoneamento

## Capítulo 8 Programas de Gestão

- Gestão Organizacional
- Proteção
- Pesquisa e Manejo do Patrimônio Natural e Cultural
- Uso Público
- Interação Socioambiental
- Educação Ambiental
- Regularização Fundiária

## Capítulo 9 Patrimônio Espeleológico

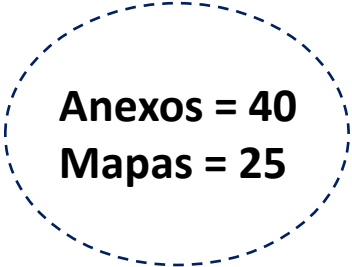
## Capítulo 10 Áreas Prioritárias de Manejo

- Área 1: Bombas
- Área 2: Ribeirão dos Camargos
- Área 3: Sistema Areias
- Área 4: Mosaico de Paranapiacaba
- Área 5: Casa de Pedra
- Área 6: Monitoramento das atividades na ZA

## Capítulo 11 Legislação Incidente - Bases Legais para a Gestão da Unidade

## Capítulo 12 Monitoramento e avaliação

## Capítulo 13 Referências Bibliográficas



**Anexos = 40**  
**Mapas = 25**



**PETAR**

**PLANO DE MANEJO**

**Comissão Temática de Biodiversidade (CT-Bio)**



# LINHA DO TEMPO DO PLANO DE MANEJO



- A CT-Bio recomendou a elaboração de uma minuta de resolução contendo as normativas e uma tabela síntese;
- O Gabinete do SMA promoveu novas discussões no âmbito do SAP, para a elaboração da minuta;
- Minuta de Resolução SMA contém a síntese das normativas estabelecidas visando sua aplicação para o zoneamento;
- Resumo Executivo do plano detalha as normativas;
- Tabela ilustra as normativas conforme a minuta de Resolução.



## DATAS EM QUE O PLANO DE MANEJO ESTEVE SOB ANÁLISE DA CTBIO

Data	Reunião	Pauta
07/12/2011	19ª reunião da CT-Bio.	Apresentação do Plano de Manejo à CT-Bio, pela Fundação Florestal.
09/12/2015	52ª reunião da CT-Bio.	- Apresentação do Plano de Manejo à CT-Bio, pela Fundação Florestal; - Definição da CPLA como relatora do Plano de Manejo.
02/03/2016	55ª reunião da CT-Bio.	Apresentação e discussão do Relatório sobre o Plano de Manejo.
04/05/2016	56ª reunião da CT-Bio.	Apresentação do texto do Plano de Manejo com readequações, pela Fundação Florestal.
05/07/2016	59ª reunião da CT-Bio.	<b>Aprovação do relatório da CT-Bio</b>
06/02/2017	67ª reunião da CT-Bio.	- Decidiu-se pela necessidade de atualização do relatório da CT-Bio, considerando as discussões ocorridas após a aprovação do relatório
27/04/2018	68ª reunião da CT-Bio.	<b>Aprovação do Relatório Final Complementar da CT-Bio</b>



### Relatório Final Consolidado e os seus respectivos anexos:

- **Anexo 1** - Relatório CT-Bio aprovado em 2016.
- **Anexo 2** - Minuta de Resolução SMA, incluindo os mapas do Zoneamento.
- **Anexo 3** - Resumo Executivo (versão 2018), contendo as alterações grafadas em vermelho (já aprovadas pela CT-Bio em 2016) e as alterações grafadas em azul (resultado das discussões no âmbito do SAP).
- **Anexo 4** - Resumo Executivo (versão 2015), que já foi analisada pela CT-Bio.
- **Anexo 5** - Tabela ilustrativa da Síntese das Normas Gerais e Específicas de cada setor.



# COMITÊ DE INTEGRAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

## CONCEPÇÃO DE ROTEIRO METODOLÓGICO PARA A ELABORAÇÃO DOS PLANOS DE MANEJO

- SE APLICA AOS NOVOS PLANOS DE MANEJO
- PARA OS PLANOS QUE JÁ ESTAVAM EM APROVAÇÃO OU EM PROCESSO AVANÇADO DE ELABORAÇÃO, COMO É O CASO DO PETAR, NÃO É NECESSÁRIO A ADEQUAÇÃO AO NOVO ROTEIRO METODOLÓGICO.



# PROCESSO PARTICIPATIVO

Registrado no Processo do Plano de Manejo:

- ✓ Lista de todas as reuniões, com nome dos participantes em cada uma;
- ✓ Análise sobre a representatividade da participação;
- ✓ Registro fotográfico das reuniões.

2009

a

2010

## **23 oficinas e reuniões técnicas**

- Cerca de 550 participantes

## **14 oficinas temáticas e mini-oficinas**

- Cerca de 950 participantes

2013

a

2015

## **13 reuniões do Conselho Consultivo**

- Cerca de 150 participantes (conselheiros e convidados)

## **5 reuniões com Prefeituras e Sociedade Civil**

- Cerca de 60 participantes

# PROCESSO PARTICIPATIVO - Exemplo

Relação dos participantes nas Oficinas e Reunião de Planejamento Plano de Manejo do PETAR 2009/2010

Nome do Participante	Reuniões																						
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23
1. A. Natiel J. de Oliveira												X											
2. Abilio Gabriel Martins					X						X												
3. Abraão Machado de Lima															X								
4. Ademar de Lima (?)																		X					
5. Adilson Liros			X																				
6. Admir Mota	X																						
7. Admir Rodrigues				X																			
8. Adriana Neves da Silva						X														X			
9. Adriano L. Souza														X									
10. Adriano Nadouich																			X				
11. Agnaldo Santana			X																				
12. Alaor Diniz				X																			
13. Alcione Batista Dias				X																			
14. Alessandra Fugine										X													
15. Alessandra R. de Espinola																		X					
16. Alexander Zamorano Antunes					X						X						X						
17. Alexandre Camargo Martensen		X	X		X	X																	
18. Alexandre Pereira de Oliveira													X					X		X		X	X
19. Alexandre	X																						
20. Alfredo Rodrigues da Cunha Neto				X									X							X			
21. Alice de Oliveira																X							
22. Aline Andrade Dantas de Lima		X													X								X



# PROCESSO PARTICIPATIVO – fotos



Fotos 12 e 13. Oficina de Educação Ambiental realizada no Núcleo Ouro Grosso nos dias 15 e 16 de abr/2010

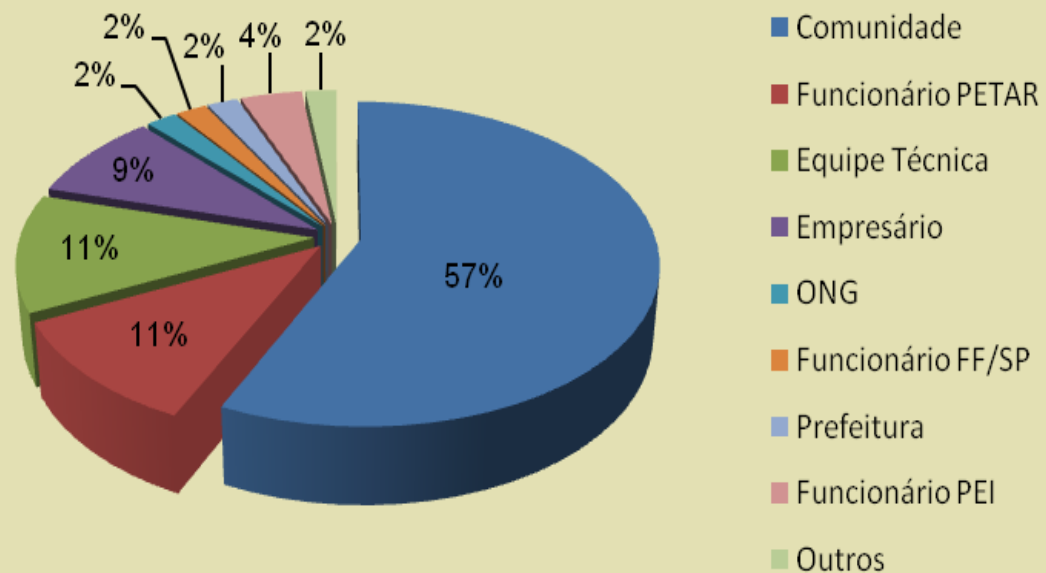


Foto 15. Oficina de Zoneamento realizada no Núcleo Ouro Grosso

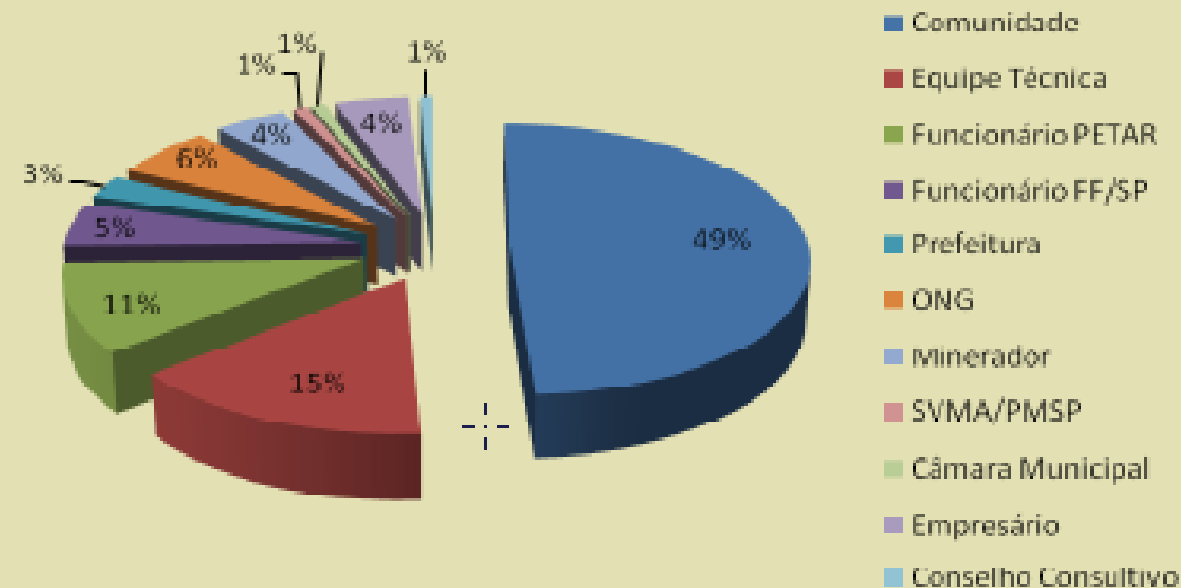
# PROCESSO PARTICIPATIVO

## EXEMPLO DA ANÁLISE DO PERFIL DAS PARTICIPAÇÕES

Representação dos 102 participantes da Oficina Uso Público

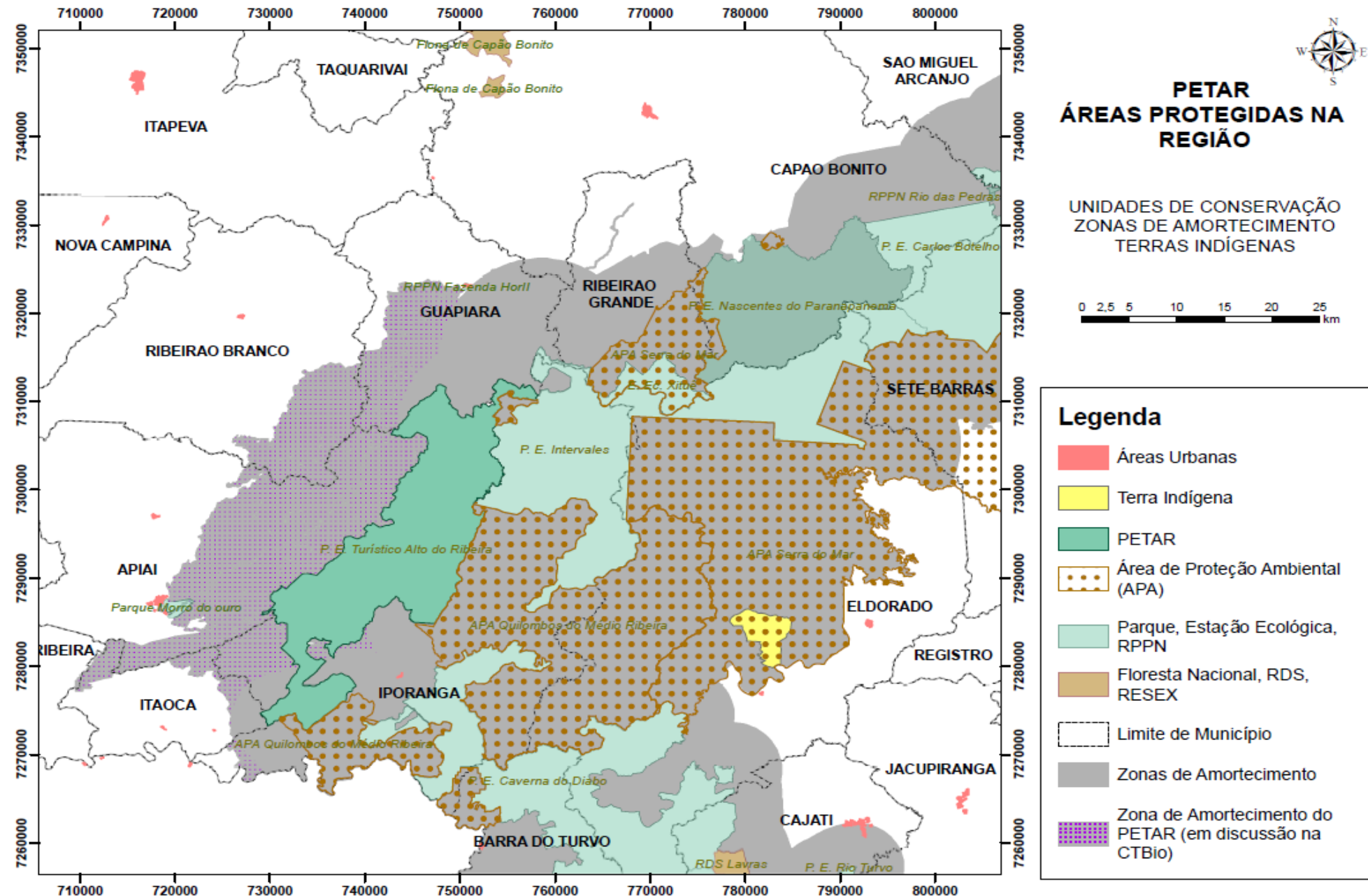


Representação dos 114 participantes da Oficina Conclusiva





# PETAR – CONTEXTO REGIONAL DE PROTEÇÃO



# ZONEAMENTO INTERNO E AMORTECIMENTO

## Zoneamento Interno

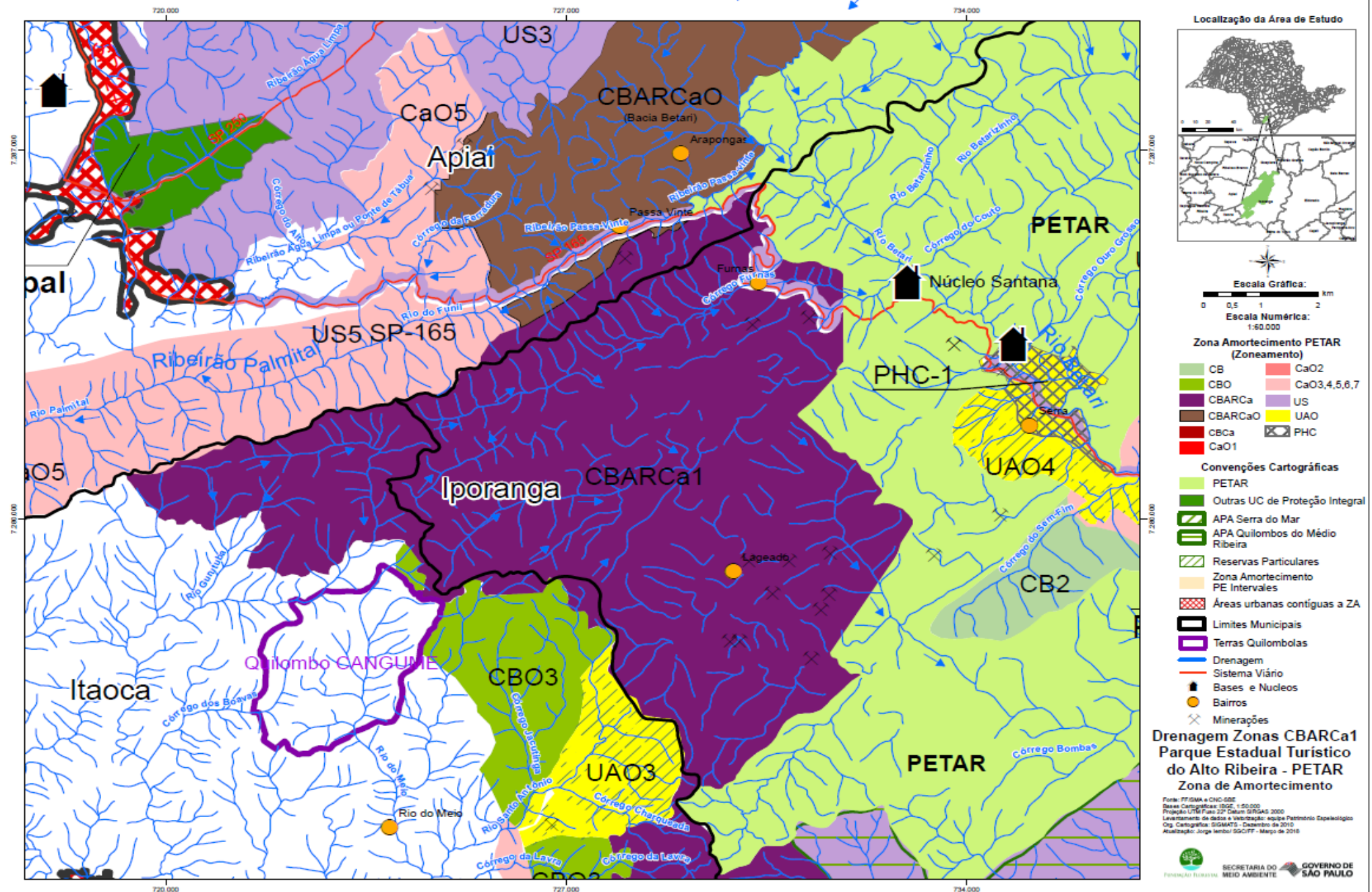
- Roteiro Metodológico IBAMA
- Decreto – Regulamento dos Parques Estaduais Paulistas

## Zona de Amortecimento (ZA)

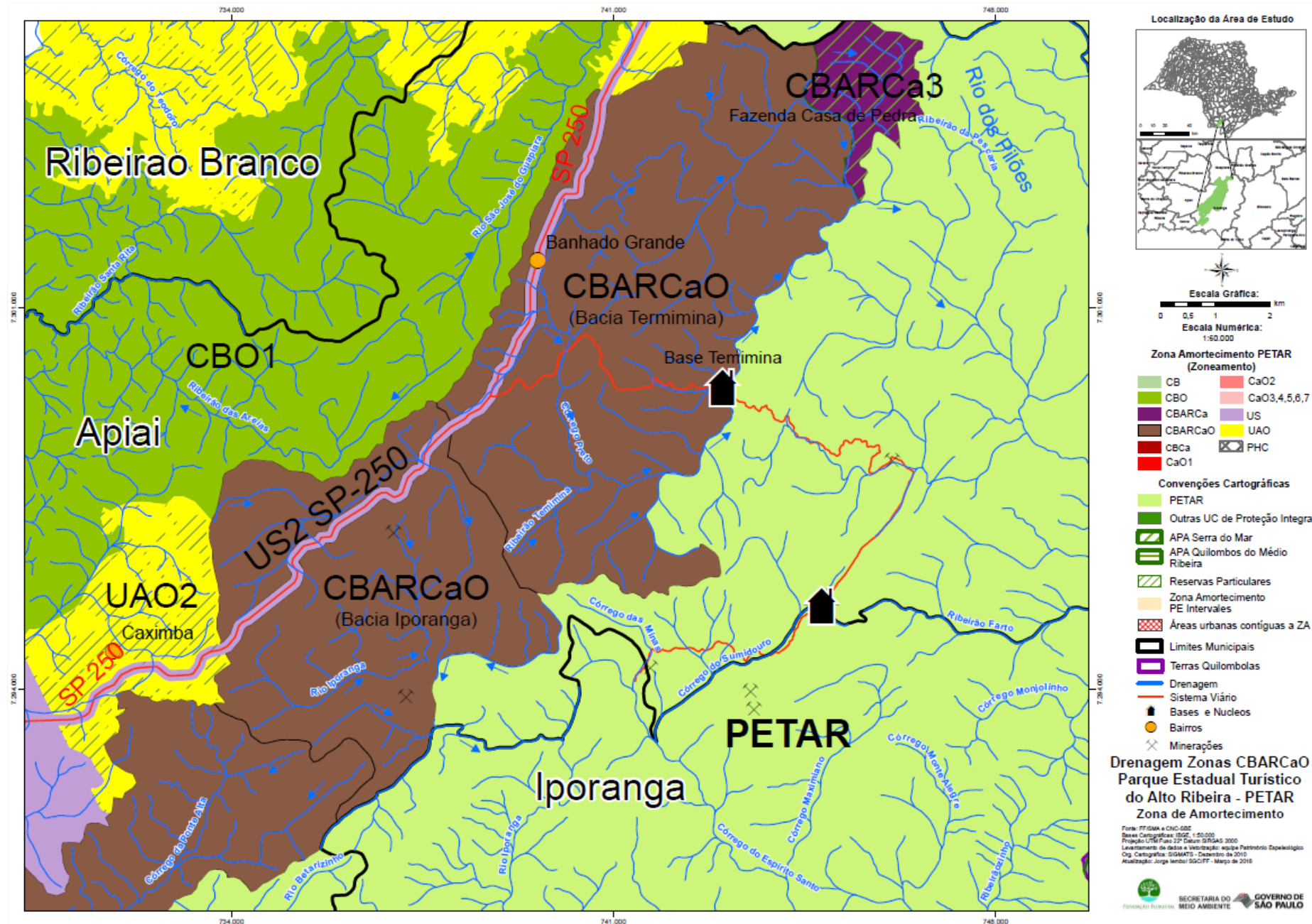
- Compatível com a ZA das UC vizinhas (EE Xitué e PE Intervalles)
- Mantem semelhanças de abordagem e tratamento entre todo o território.
- Já são amplamente utilizadas pelos agentes licenciadores regionais



# BACIAS DE DRENAGEM E ÁREAS DE RECARGA

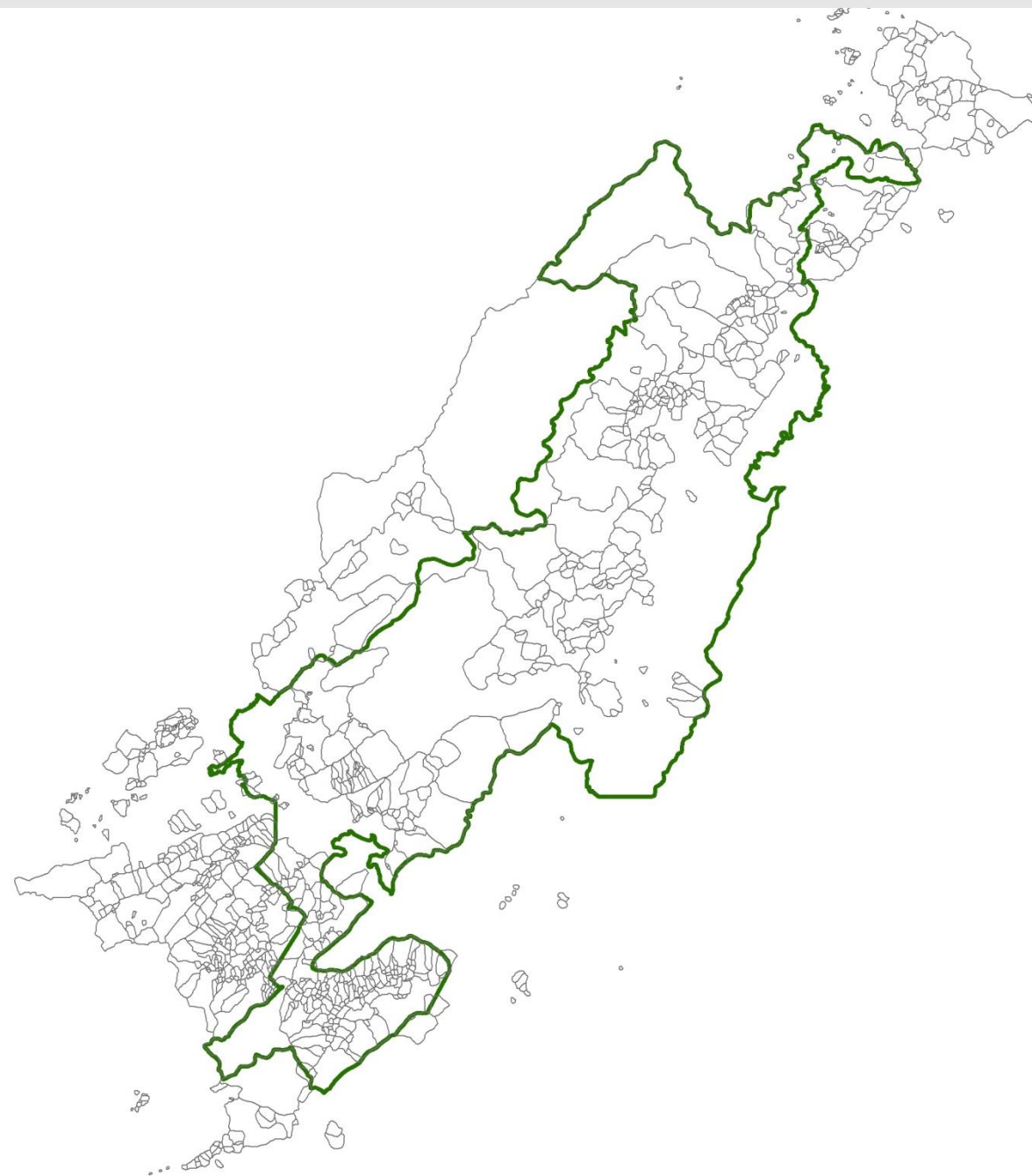


# BACIAS DE DERENAGEM E ÁREAS DE RECARGA

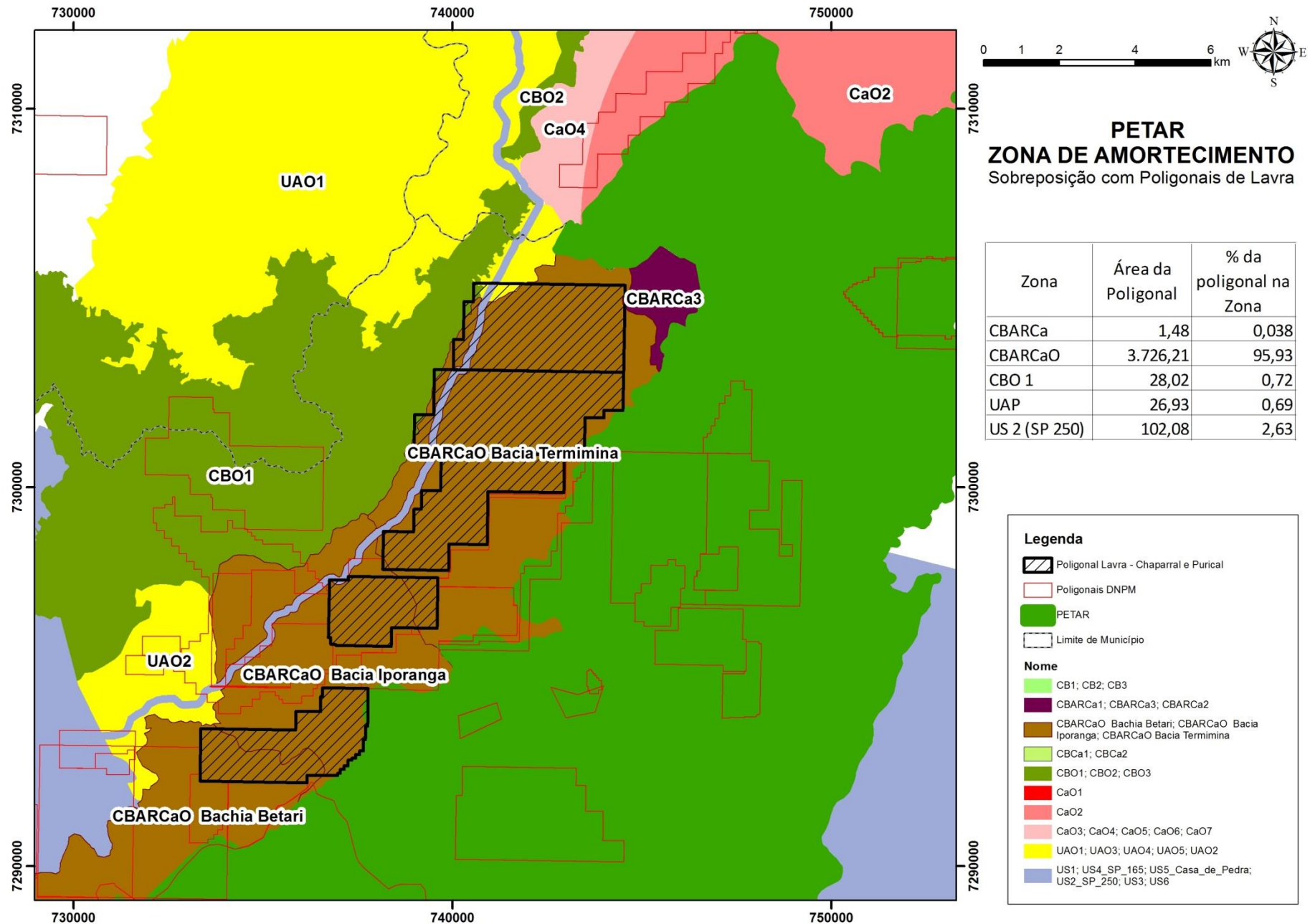




# DEPRESSÕES FECHADAS

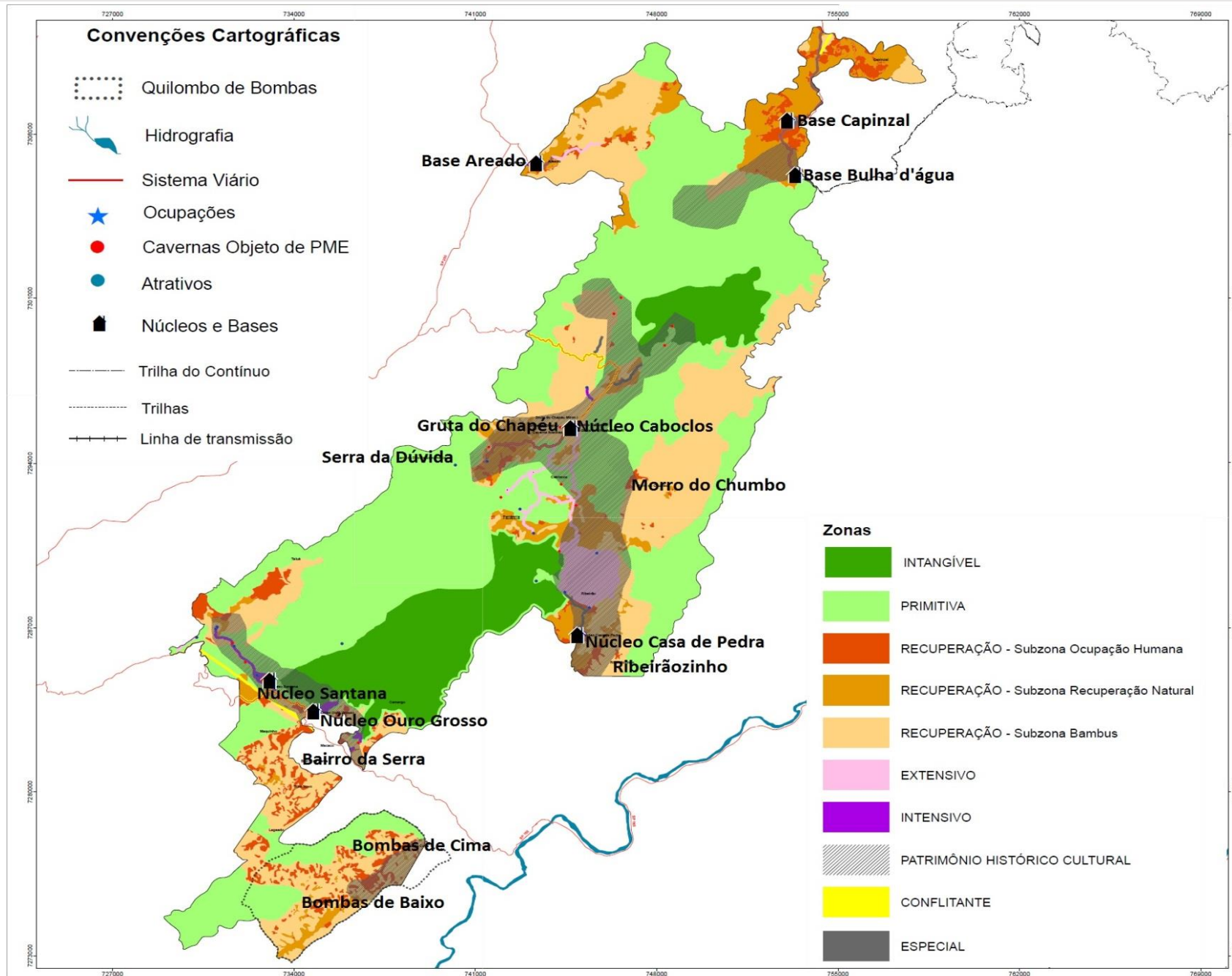


# SOBREPOSIÇÃO COM ÁREAS DE MINERAÇÃO





# ZONEAMENTO INTERNO



# NOMENCLATURA DOS SETORES DA ZONA DE AMORTECIMENTO

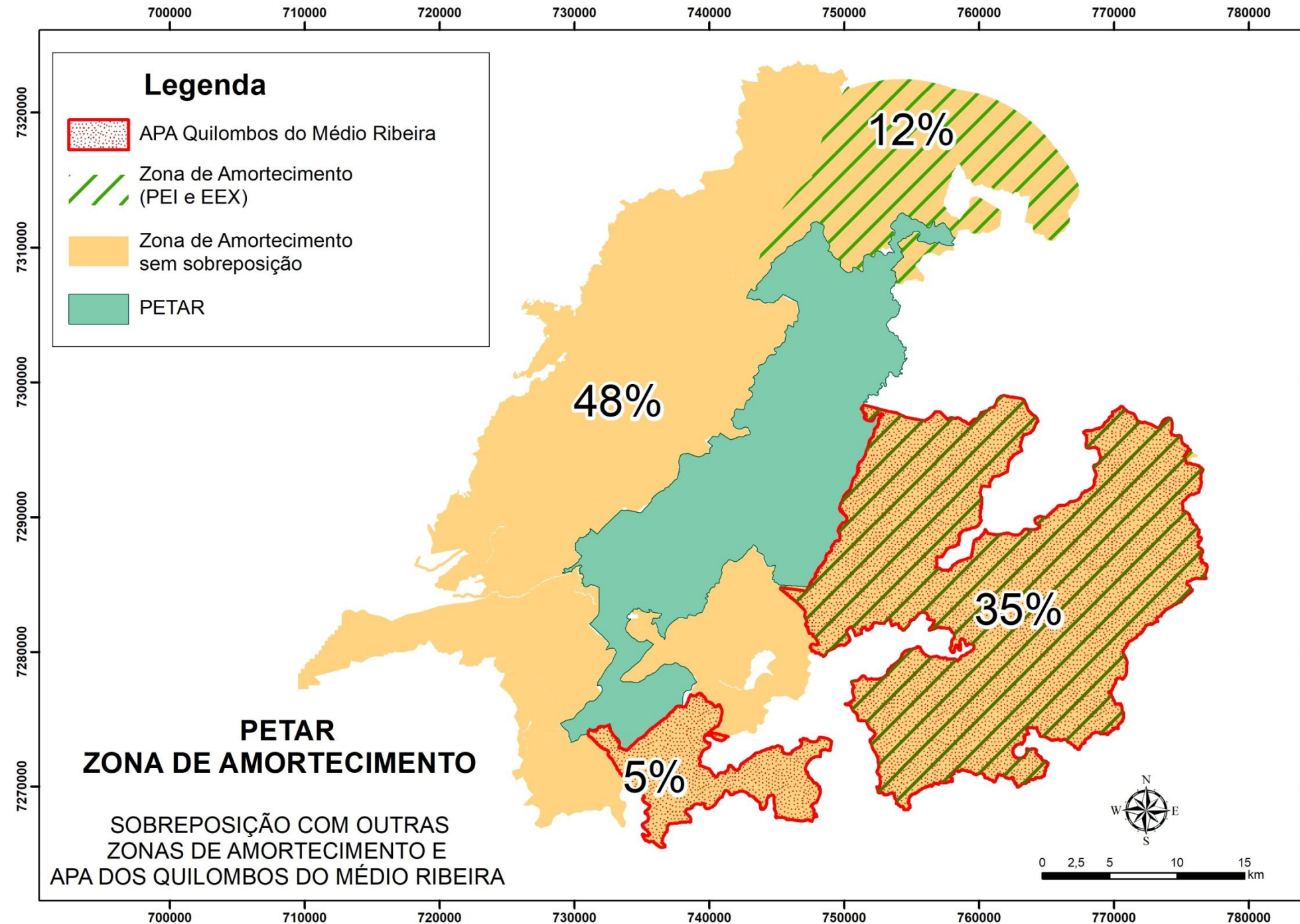
CB	• Conservação da Biodiversidade
AR	• Área de Recarga
Ca	• Proteção do Carste
O	• Ordenamento
US	• Uso Sustentável
UA	• Uso Antrópico
PHC	• Patrimônio Histórico-Cultural

Ex.

**CBARCaO**

(Área de interesse para a Conservação da Biodiversidade e das Áreas de Recarga do Carste com Oordenamento do território)

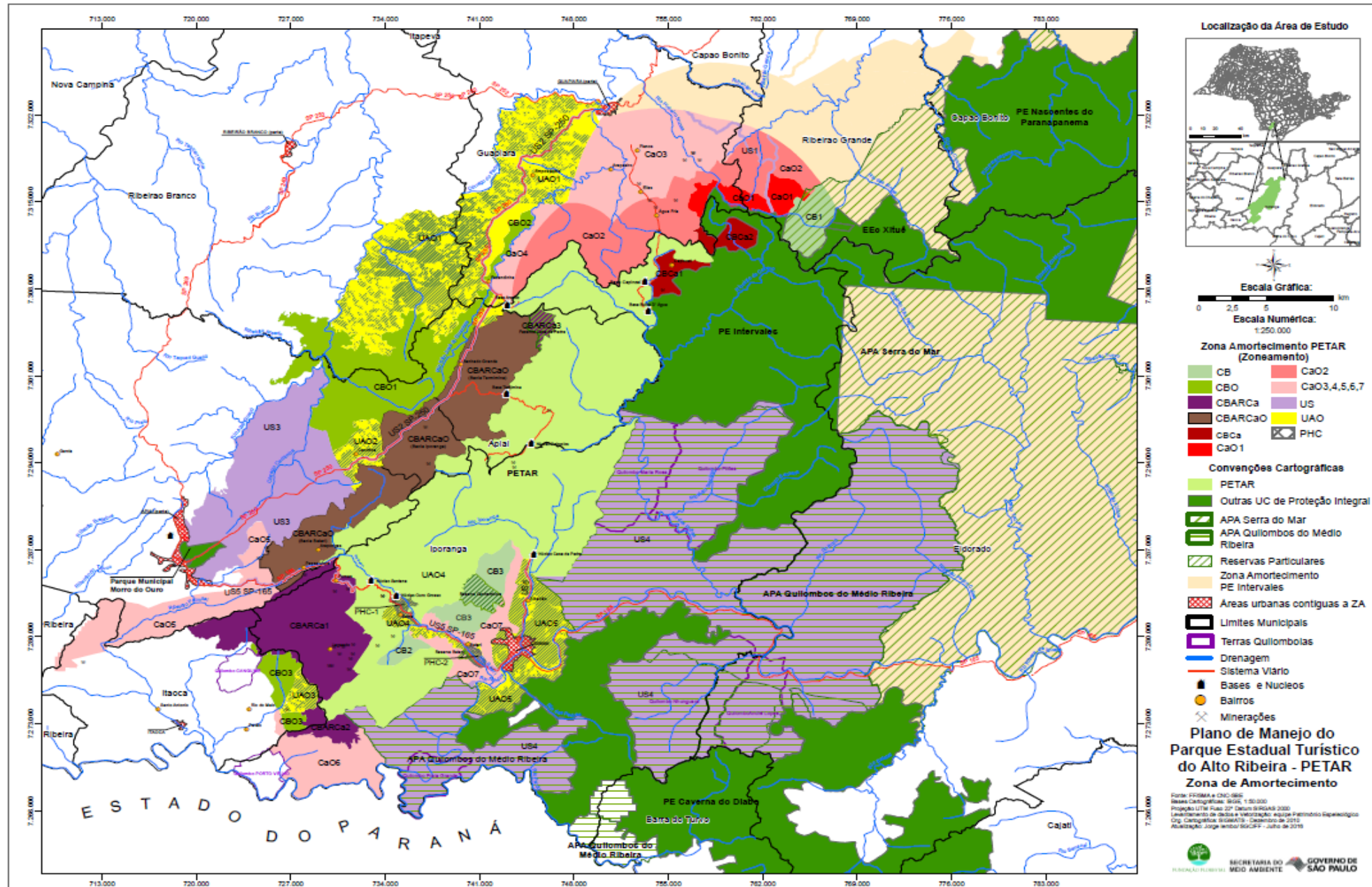




**Área Total:**  
**158.261 ha.**

- 12% (19.515,53 ha) se sobrepõem à zona de amortecimento do Parque Estadual do Intervales - PEI (fora de APA);
- 35% (54.466,19 ha) se sobrepõem tanto à ZA do PEI como à APA dos Quilombos do Médio Ribeira;
- 5% (8.140,39 ha) se sobrepõem à APA dos Quilombos do Médio Ribeira.
- ZA adicionada pelo novo Plano de Manejo: 76.132 ha. ("nova área")

# PETAR – ZONA DE AMORTECIMENTO (ZA)





### Inclusão da Descrição dos setores no Resumo Executivo:

- Em 2015, quando foi enviado à CT-Bio, a descrição dos setores da Zona de Amortecimento constava apenas da versão completa do Plano de Manejo
- Optou-se por incluir todo o conteúdo do capítulo do zoneamento no corpo do Resumo Executivo

## Cultivo de espécies exóticas:

### **Norma Geral (ZA):**

- Normas para a implantação de cultivos novos;
- Normas para os cultivos existentes;
- Necessidade da FF instituir portaria normativa estabelecendo os procedimentos e prazos;
- Proibido o cultivo de espécies exóticas invasoras que constam da lista do CONSEMA.

### **Normas Específicas – Setores (ZA):**

Os setores CBARCa 1 e 3, CBARCaO e CBCa 1 e 2 (que correspondem a 12% de toda a ZA) admitem a aquicultura apenas com espécies nativas.

### **JUSTIFICATIVA:**

- são setores que se encontram a montante do PETAR;
- a invasão biológica em ambientes aquáticos é impossível de se controlar;
- a ciência de invasões biológicas preconiza a prevenção como única ação eficaz nestes ambientes.



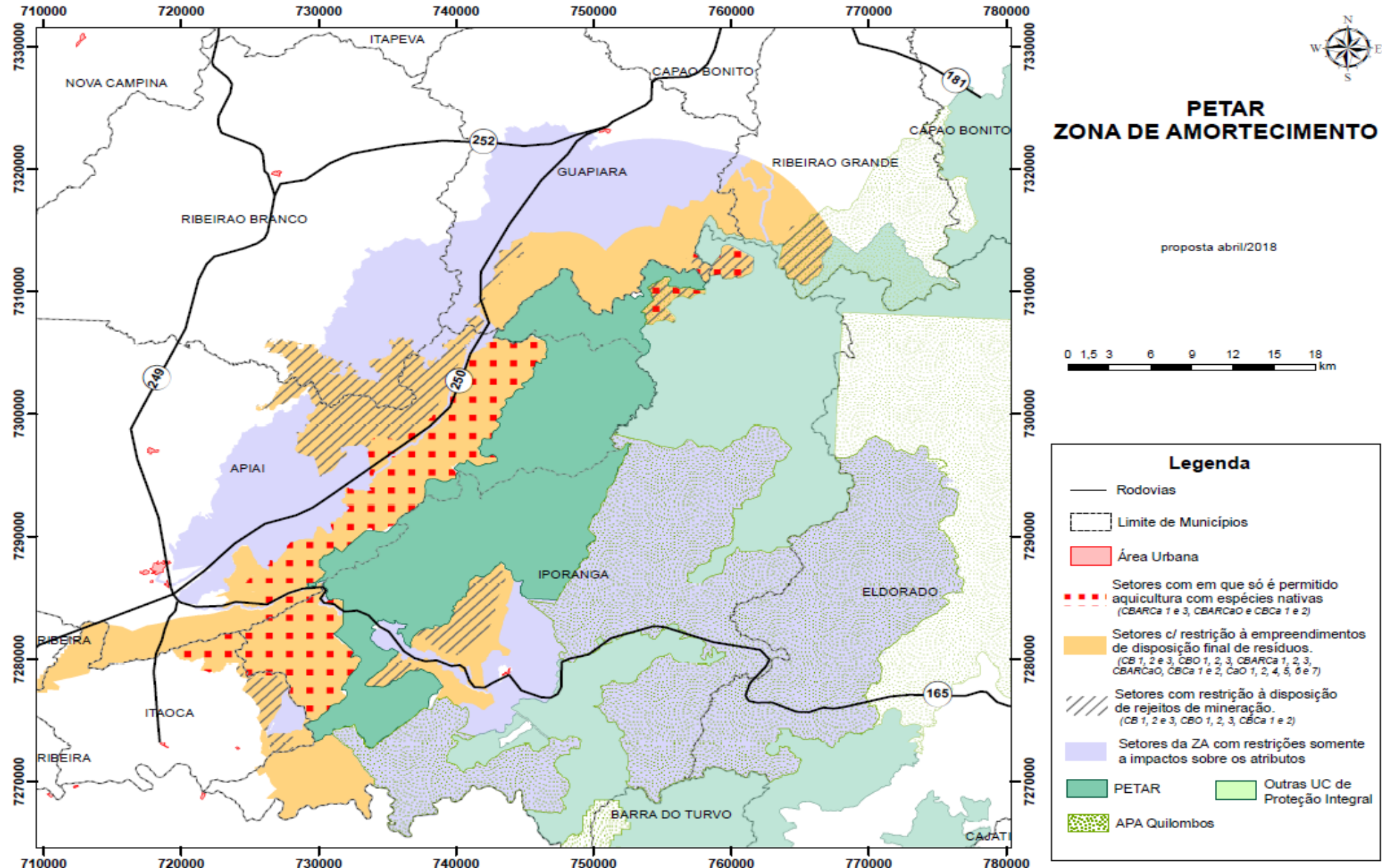
## Aterros de resíduos e rejeitos:

A regra relacionada a aterro de resíduos foi dividida em duas, no intuito de tornar precisa a restrição.

- Disposição de resíduos, tais como **aterros sanitários**:
  - setores CB 1, 2 e 3, CBO 1, 2, 3, CBARCa 1, 2, 3, CBARCaO, CBCa 1 e 2, CaO 1, 2, 4, 5, 6 e 7.
  - 33% do total da Zona de Amortecimento
- Depósito de **rejeitos de mineração**:
  - setores CB 1, 2 e 3, CBO 1, 2, 3, CBCa 1 e 2.
  - 9,7% do total da Zona de Amortecimento

# PETAR – ZONA DE AMORTECIMENTO (ZA)

## Zonas com Normas Específicas





# MINUTA DE RESOLUÇÃO

## **Conteúdo:**

- (i) Aprova o Plano;
- (ii) Informa sobre a disponibilização dos dados referentes ao zoneamento no portal Datageo;
- (iii) Indica os objetivos da Unidade;
- (iv) Estabelece as normas e diretrizes gerais e para cada zona interna do Parque;
- (v) Estabelece as normas e diretrizes gerais e para cada setor da zona de amortecimento;
- (v) Indica os Programas de Gestão.

## TABELA ILUSTRATIVA DAS NORMAS

NORMATIVAS POR SETOR

Sector	CB			CBO			CBCa		CBARCa			CBARCaO		CaO					PHC			US					UAO					
Setores	1	2 (Ribeirão São Frei)	3 (Córrego Mendur)	1 (Córrego de Santa Helena)	2 (Reserva do Juazeiro)	3 (Reserva do Juazeiro)	1 (Capitão)	2 (Pirajó)	1 (Córrego de Santa Helena)	2 (Reserva do Juazeiro)	3 (Reserva do Juazeiro)	1 (Terreiro, Pongira e Itaipu)		1	2	3	4	5 (Bacia do Pongira)	6 (Bacia do Pongira)	7 (Pongira)	1 (Bacia do Pongira)	2 (Bacia do Pongira)	3 (Bacia do Pongira)	4 (Bacia do Pongira)	5 (Bacia do Pongira)	6 (Bacia do Pongira)	1 (Assentamento Ribeirão Grande e Pongira)	2 (Cacimbas)	3 (Bacia)	5 (Pongira)	4 (Bacia de Santa e Itaipu)	
Município	Ribeirão Grande	Pongira		Apic, Guapirã, Ribeirão Grande	Guapirã	Itaipu	Pongira	Pongira, Guapirã	Apic, Guapirã, Ribeirão Grande	Guapirã	Itaipu	Apic	Guapirã, Ribeirão Grande	Guapirã	Guapirã	Guapirã	Apic, Itaipu	Pongira, Itaipu	Pongira	Pongira	Pongira	Guapirã, Ribeirão Grande	Guapirã e Apic	Apic	Pongira, Itaipu	Pongira	Guapirã, Ribeirão Grande, Apic	Apic	Itaipu	Pongira	Pongira	
Atividades/usos	O setor CB é destinado à conservação, visando a manutenção da conectividade com o PETAR e representatividade das espécies ameaçadas.													O setor PHC é destinado à proteção do patrimônio histórico-cultural.					O setor US é destinado às práticas sustentáveis geradoras de renda. As atividades foram classificadas no setor US, subseções US 1, 2 e 5, em adequação a outras setoras por caracterizarem-se como estruturas fixas.			O setor UAO é destinado à conservação e uso ordenado do solo.					O subsector UAO 4 compreende áreas de expansão urbana do Município de Pongira, além da delimitação formal a Zona de Expansão Urbana do Bairro de Santa, instituída formalmente por meio da Lei Municipal 120001, e o Bairro Santa, em estudo.					
Normativas por setores	CB1	CB2	CB3	CBO1	CBO2	CBO3	CBCa1	CBCa2	CBARCa1	CBARCa2	CBARCa3	CBARCaO	CaO1	CaO2	CaO3	CaO4	CaO5	CaO6	CaO7	PHC1	PHC2	US1	US2	US3	US4	US5	US6	UAO1	UAO2	UAO3	UAO4	UAO5
Somente será admitida a implantação de atividades ou empreendimentos que comprovem, no processo de licenciamento, que sua implantação não causará impactos diretos sobre o sistema climático e o patrimônio arqueológico, os sistemas históricos, a vegetação, a fauna e biodiversidade, e a paisagem do PETAR.																																
Somente será admitida a implantação de atividades ou empreendimentos que comprovem, no processo de licenciamento, que sua implantação não causará alteração da balneabilidade em cavas ou cachoeiras, e não afetará as atividades de visitação do PETAR.																																
Poderão ser admitidas atividades produtivas ou novos empreendimentos, desde que seja comprovada, no processo de licenciamento, que sua implantação não reduza a conectividade com o PETAR, não afete a manutenção do patrimônio natural do PETAR, e não cause alteração dos sistemas ecológicos e hidrológicos superficiais ou subterrâneos, por meio de contaminação da diversidade biológica, dos recursos hídricos, do ar e do solo.																																
Não é admitida a implantação de obras e empreendimentos que tenham por finalidade a disposição de resíduos, tais como aterros sanitários.																																
Não será admitida a disposição de resíduos de mineração.																																
Não será admitida a implantação de atividades e empreendimentos de aquicultura com espécies exóticas nas bacias hidrográficas a montante do PETAR.																																
Poderão ser admitidas atividades produtivas ou novos empreendimentos, desde que seja comprovada a manutenção da conectividade com o PETAR e que não ocorra contaminação da diversidade biológica no PETAR.																																
Poderão ser admitidas atividades produtivas ou novos empreendimentos, desde que seja comprovada, no processo de licenciamento, a manutenção da conectividade com o PETAR e que sua implantação não cause contaminação da diversidade biológica no PETAR.																																

NORMAS ESPECÍFICAS POR SETOR

NORMAS GERAIS

As atividades agropecuárias que, em função de seu reduzido potencial poluidor, não sejam passíveis de dispensa de licença ambiental, segundo as normativas vigentes devendo o produtor obter a "Declaração de Conformidade de Atividades Agropecuárias" junto à Coordenadora de Assistência Técnica Integrada-CATI, da Secretaria de Agricultura.	As solicitações de instalação de empreendimentos, bem como suas renovações de licença, segundo o trâmite rotineiro dos processos de licenciamento.	Nas ações de restauração ecológica de reserva legal e APP, o plantio de espécies exóticas com potencial de invasão é proibido, conforme artigo 11, § 5º Resolução SMA nº 32/2014.	O cultivo e criação de espécies exóticas com potencial de invasão devem-se-ão pelos seguintes critérios: a) Cultivo e criação exóticas: caso a Fundação Florestal constate invasões de espécies exóticas invasoras, ou a iminência destas, no interior da unidade de conservação, emitirá comunicado, assinado em parceria técnica, sobre o produtor (se), diretamente ou por meio do órgão licenciador (para o caso de empreendimentos licenciáveis) para que apresentem estratégias e implementem medidas de saneamento da bioinvasão em questão. O empreendedor deverá adotar medidas que impeçam a continuidade do processo de bioinvasão e apresentar, em até 60 dias, projeto de recuperação para as áreas afetadas e monitoramento. b) Novos cultivos e criações: submissão da proposta ao projeto do empreendimento à análise da Fundação Florestal, diretamente ou por meio do órgão licenciador (para o caso de empreendimentos licenciáveis), a fim de que se estabeleçam as medidas preventivas, mitigatórias ou saneadoras que o caso exigir. Para esses casos, o órgão gestor deverá emitir Parecer Técnico, em até 60 dias. c) Para ambos os casos, a Fundação Florestal estabelecerá procedimentos, por meio de Portaria Normativa. d) Os procedimentos serão aplicados até que a espécie seja avaliada conforme previsto no artigo 3º da deliberação CONGEMA Normativa nº 2 de 9 de novembro de 2011.	No caso dos empreendimentos mineroindustriais, nos setores de zona de amortecimento onde for aplicável, as proposições de medidas de minimização, mitigação e compensação de impacto deverão dar especial atenção: a) aos impactos sobre os sistemas hidrológicos subterrâneos que impliquem no rebaixamento do lençol freático; b) ao equacionamento de passivos socioambientais, recomendando-se que as medidas de recuperação incluam: controle de processos erosivos viabilizando processos de infiltração e pedregueiras, em detrimento de processos de escoamento superficial e deposição de sedimentos nos vales e cabeças das drenagens; revegetação com espécies nativas voltadas ao estabelecimento da conectividade dos fragmentos florestais; medidas de contenção de material particulado à rede de drenagem; recuperação de áreas de preservação permanente.	O uso de agrotóxicos e outros insumos agrícolas devem-se-ão pelos seguintes critérios: a) Diagnóstico e contaminação por resíduos de agrotóxicos ou outros insumos agrícolas no interior do PETAR, efetivado por meio de medições ou monitoramento realizados pelos órgãos competentes, que potencial ou efetivamente afetem a biota da unidade de conservação, foca as propriedades causadoras de contaminação sujeitas à obrigatoriedade de cessação da aplicação dos insumos ou sua redução a níveis que não causem a contaminação identificada. b) Para os casos acima tipificados, o plano de manejo com relação à aplicação dos insumos será feito entre as partes envolvidas, com a participação dos órgãos competentes ou outras instituições com comprovada capacidade técnica para estabelecer e monitorar os níveis toleráveis dos resíduos que possam causar impacto ao PETAR.
O cultivo ou criação das espécies reconhecidas como exóticas invasoras são proibidas em toda a zona de amortecimento, conforme lista de espécies constantes na Deliberação CONGEMA 32/2011, de 9 de novembro de 2011, 32ª Reunião Ordinária do Pleno do CONGEMA.	Para empreendimentos mineroindustriais classificados no processo de licenciamento como de significativo impacto, a exigência de RAP ou EIA-RIMA deve-se-á por força de normativa legal e os temas a serem tratados deverão ser pelo menos: vias de acesso, águas superficiais, pilhas de resíduos e particulados sólidos e sedimentos, além de outros previstos no processo de licenciamento.	A supressão de vegetação nativa não deve comprometer a função ambiental do fragmento florestal com perda de conectividade com o PETAR, em conformidade com a legislação vigente.	No caso de (Instituição de Reserva Legal), áreas verdes, áreas compensatórias ou similares, recomenda-se que estas estabeleçam conectividade biológica com o parque e os setores contíguos, sempre que possível.		



## CONSIDERAÇÕES

- O processo de elaboração deste Plano de Manejo ocorreu com grande esforço na compatibilização com os planos das UC vizinhas, com o intuito de uniformizar a abordagem e a nomenclatura de zonas, facilitando a sua implantação
- Diagnósticos elaborados com base em levantamentos primários e secundários, os quais orientaram o zoneamento da Unidade, de forma que a delimitação de zonas e setores não é aleatória.
- Oficinas participativas e as discussões no âmbito do Conselho Consultivo garantiram o processo participativo, na medida em que se estabeleceram diretrizes e metas para a conservação da biodiversidade, no interior do Parque e em sua Zona de Amortecimento.
- Plano de Manejo apresenta as tabelas com o número de reuniões realizadas e todos os participantes.
- O plano de Manejo cumpre as determinações da resolução SMA 32/2013, no que se refere à participação do Conselho Consultivo da Unidade nas várias etapas que envolveram a elaboração deste plano.
- O plano de Manejo cumpre os requisitos da resolução SMA 33/2013, em relação aos critérios técnicos para o estabelecimento da Zona de Amortecimento, incluindo as normas e restrições para cada uma das subzonas.
- Instrumento indispensável para a gestão do Parque e sua aprovação é urgente, na medida em que as pressões sobre a UC crescem em número e dimensão.
- Futuras revisões do Plano permitirão a realização de ajustes, na medida em que ocorrer sua implantação, avaliação e monitoramento.